



TRIBUNAL FEDERAL DE RECURSOS

PORTARIA N. 92, DE 28 DE NOVEMBRO DE 1977

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL FEDERAL DE RECURSOS, no uso de suas atribuições legais e regimentais e tendo em vista a decisão proferida pelo Tribunal Pleno, em 29 de setembro de 1977, no julgamento do Mandado de Segurança n. 81.821,

RESOLVE

1) Durante o transcurso de prazo comum às partes interessadas, fica terminantemente proibida a retirada do processo, da Secretaria, por advogado que não tenha procuração nos autos.

2) Verificando-se obstrução judicial pela retirada por uma das partes, a Subsecretaria processante certificará as datas da entrega e da devolução dos autos, restituindo, automaticamente, o prazo à parte prejudicada, na conformidade do disposto no Art. 180, do Código de Processo Civil.

CUMPRA-SE. PUBLIQUE-SE. REGISTRE-SE.

MINISTRO PEÇANHA MARTINS

PRESIDENTE